

A tradição por um fio: os jesuítas portugueses diante de ‘*O Verdadeiro Método*’ de Luís Antônio Vernei (c. 1746-1750)

Patrícia Domingos Woolley Cardoso¹

RESUMO

O presente artigo pretende analisar o embate intelectual entre os jesuítas portugueses e Luís Antônio Vernei (1713-1792), lusitano de origem francesa que, em 1746, publicou um livro intitulado *O Verdadeiro Método de Estudar*.

A obra de Vernei atacava diretamente a influente imagem do ensino ministrado pela Companhia de Jesus como até então nenhum outro homem de letras havia feito, nem mesmo Voltaire. Evidenciava a tensão entre inovação e tradição, que marcou o processo de secularização política na Europa desde a segunda metade do século XVII e que se acentuou com as idéias novas postas em circulação pela Ilustração. O artigo esforça-se para "dar voz" aos inicianos por meio das respostas que produziram à obra de Vernei, antes que a ordem fosse expulsa de Portugal em 1759 e extinta pelo papa Clemente XIV em 1773.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Ambiente intelectual português; Século XVIII.

ABSTRACT

This article intends to analyse the intellectual conflict between the jesuits in Portugal and Luís Antônio Vernei (1713-1792), the Portuguese-born author of French descent who published a book entitled *The True Method of Learning* in 1746.

Vernei's work attacked the influential image of the teaching provided by the Society of Jesus as forcefully as until then no other intellectual, not even Voltaire, had done. It shows the tension between innovation and tradition that underlines the process of political secularization in Europe since the second half of the 17th century, and which became still more intense with the Enlightenment through the wide circulation of new ideas. The article strives to hear the voice of the jesuits drawn from the replies they wrote to Vernei's work before their order was expelled from Portugal in 1759 and extinguished by the pope Clement XIV in 1773.

Key-words: Society of Jesus; Intellectual environment portuguese; 18th Century.

Por volta de 1766, o napolitano Bernardo Tanucci (1698-1793), figura influente na Corte Espanhola de Carlos III, observava, a respeito do ensino ministrado pela Companhia de Jesus, que “os colégios dos jesuítas, onde se exaltava a supremacia da Santa Sé, e onde os Espanhóis de cidadãos se tornavam escravos, deviam desaparecer, ou teria o Estado de pagar o preço da ruína do poder real, do empobrecimento do país, e da morte das artes e da ciência” (Bangert, 1985, p. 347).

Anos antes, juízo semelhante em relação à Companhia foi expresso pelo português Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1756. Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759), Mendonça Furtado não hesitava em admitir a influência dos padres jesuítas naquela longínqua região do Império Português que administrava. Entendia que tal influência se devia, particularmente, ao monopólio que os padres possuíam em relação ao ensino. Na correspondência trocada com a Corte, Mendonça Furtado salientava o fato de que era em decorrência da função de mestres que exerciam que os missionários jesuítas possuíam a oportunidade de manipular a ignorante população local, desautorizando, inclusive, os governadores.

Nesse sentido, em carta dirigida ao irmão e primeiro ministro de D. José, Sebastião de Carvalho e Melo, o governador não só reclamava raivosamente das dificuldades encontradas em conter o poder temporal dos jesuítas na Amazônia Pombalina, como ainda julgava que o “tirar da cabeça a esta gente a soberania e alto poder dos padres, só se poderá conseguir pondo-se em praxe os meios que V. Exa. aponta nesta carta, e já com lhes tirarem o governo temporal [dos indígenas, transformando as missões em vilas] hão de certamente abater muito de autoridade; [...], mas nem ainda isto bastará porque a autoridade desta corporação de gente principia a radicar-se nos magistérios que exercitam, nos quais vão inclinando os homens à sua devoção, [...]. Nesta terra [...], os povos estão dependentes daquele colégio [do Pará] para que se lhes não tomem seus filhos para soldados, ficando nesta parte os governadores dependentes daqueles padres para poderem fazer como entendem a sua obrigação” (Mendonça, 1964, p. 979).²

As palavras de Tanucci e Mendonça Furtado são extremamente significativas, uma vez que refletem as tensões que fizeram da Companhia de Jesus – instituída em 1540 por Inácio de Loyola – um alvo previsível no século XVIII. Afinal, a ordem inaciana, que durante os séculos XVI e XVII fora um instrumento importante da legitimação e afirmação das Monarquias Católicas, não só na Europa, como ainda nas conquistas de além mar, se tornara um organismo incômodo, quase estranho, no seio de um Estado que, uma vez consolidado no século XVIII,

não pretendia possuir concorrentes em termos de poder e influência política. Nessa direção, o que poderia ser mais incômodo do que uma ordem religiosa, ultramontana por natureza, e que, além de tudo, possuía a prerrogativa de moldar as pessoas segundo seus interesses através do magistério que exercia junto às elites? De fato, tensões seriam inevitáveis (Neves, 1999, p. 03).³

Por tudo isso, não é gratuito que a primeira grande polêmica envolvendo os jesuítas em Portugal tenha sido desencadeada a partir de um livro que questionava justamente a autoridade e validade do magistério ministrado pela Companhia de Jesus. Trata-se de *O Verdadeiro Método de Estudar*, escrito por Luís Antônio Vernei (1713-1792) e impresso em dois tomos na cidade de Nápoles, já no ano de 1746. A obra, a despeito de ter sido confiscada e proibida pela inquisição lisboeta, ganhou várias impressões clandestinas, tanto em Portugal quanto na Espanha, evidenciando o interesse que despertara nos restritos círculos intelectuais ibéricos. O que não era para menos. O livro, na verdade, para além do seu conteúdo pedagógico e dos autores e métodos que indicava, constituía-se num verdadeiro “manifesto”.⁴

Escrito em forma de 16 cartas, o *Método* do Barbadinho da Congregação da Itália, pseudônimo usado por Vernei, versava sobre o ensino em Portugal em todos os níveis, desde os estudos menores de gramática e latinidades até os cursos de Teologia, Medicina e Cânones ministrados em Coimbra, expondo diretamente à crítica a figura dos tradicionais mestres portugueses da Companhia de Jesus, associando-a ao atraso e ao pouco desenvolvimento luso em matéria de ciências e modernidade.⁵ E foi justamente essa crítica aberta à tradição escolar jesuítica que fez com que o livro despertasse uma série de contra-argumentos e polêmica. Foram mais de cento e cinquenta escritos dados a imprimir entre as décadas de 1740 e 1760, saídos das penas dos mais diversos personagens, desde religiosos, passando por médicos e poetas. Figuras como Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814) e Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797) são alguns dos nomes que trataram de comentar e contradizer o *Método* de Vernei (Cardoso, 2004).

E o livro de fato incitava aos leitores. A própria dedicatória da obra, oferecida, aliás, aos “Doutíssimos Mestres da Companhia de Jesus”, constituía-se num agravo em si mesma, uma vez que Vernei, sob a pele do falso editor Antônio Balle, afirmava logo de cara que o argumento de tais cartas era o de que “*certo religioso da Universidade de Coimbra, homem mui douto, [...], pediu a um religioso italiano, seu amigo, que vivia em Lisboa, que lhe desse algumas instruções, em todo o gênero de estudos, [...], explicando-lhe, [...], o que lhe parece,*

e acomodando tudo ao estilo de Portugal. [...] *E querendo eu agora imprimir estas cartas, a quem as devo dedicar senão a VV. RR.?*” (Vernei, v. 1, p. 1-2).

É impossível não perceber nessas palavras a ironia ácida do *Barbadinho*. Afinal, argumenta que um *autor moderno*, estrangeiro e desconhecido, estava a instruir mestres de Coimbra! E o pior, por serem as instruções ministradas por tal *autor moderno estrangeiro* de valia reconhecida para todos, a obra uma vez impressa não poderia ser dedicada a outros senão aos reverendíssimos mestres jesuítas. Pois bem, além de administrar instruções a doutores de Coimbra, queria o *Barbadinho* ensinar a quem por dois séculos praticava o magistério? Parecia que essa era a intenção, ou melhor, uma *segunda intenção*, que Vernei uma vez mais expressava ao dirigir elogiosos comentários aos mestres da Companhia de Jesus. Afinal, conforme argumentava o falso editor das cartas: “Quem tem dado mais, e mais ilustres escritores a esse Reino, que a Companhia? Quem tem promovido com mais empenho os estudos, que seus mestres? Onde florescem as letras com mais vigor, que nos seus colégios? Que homem douto tem havido em Portugal, que não bebesse os primeiros elementos nas escolas dessa Religião? [...]. *Aí mesmo em Portugal, quem há que não seja obrigado à Companhia e não experimente os influxos dessa benigna Religião?* [...] *Estão todos os portugueses tão persuadidos desta verdade, que quem quisesse dizer o contrário, seria publicamente escarnecido [...]*” (Vernei, v. 1, p. 4).

Este trecho da dedicatória em especial revela todas as *segundas intenções* de Vernei ao publicar seu *Verdadeiro Método*. As escolas da Companhia davam escritores ilustres ao Reino, e seus mestres se empenhavam com vigor no florescimento das letras. E ainda assim o que se ensinava em Portugal não era útil? Ainda assim era preciso que um crítico travestido de *Barbadinho* italiano ditasse aos mestres instruções? O problema é que os mestres eram de tal modo empenhados, que os portugueses estavam todos persuadidos de que o que se ensinava em suas escolas era a verdade. E toda a inovação fora da tradição padecia de escárnio. Na realidade, em meio aos elogios dissimulados da dedicatória, Vernei criticava não só o que era objeto de estudo nas escolas, mas também a autoridade pela qual esses estudos eram tidos por verdades perenes. Criticava, enfim, o monopólio político que a Companhia de Jesus exercia sobre o ensino e, conseqüentemente, sobre o pensamento das pessoas.

Portanto, mais do que sátira, Vernei, ele também um religioso, Arcediago da sexta cadeira da Sé de Évora, criticava abertamente a escolástica jesuítica. Além disso, toda sua obra é marcada pelo aspecto da *utilidade*, e é em nome dela que defendia a importância de um estudo objetivo do latim, mas também o da língua portuguesa. Deste modo, rejeitava

fortemente os exercícios retóricos e disputas eloquentes, tão ao gosto das escolas inicianas, e chegava mesmo a afirmar em seu *Método* que os estudos não deveriam iniciar-se pelo latim, mas sim pelo aprendizado do português, visto que “nisto há grande descuido em Portugal, achando-se muita gente, não digo ínfima, mas que veste camisa lavada, que não sabe ler, nem escrever [...]. Privam-se estes homens do maior divertimento que pode ter um homem quando está só, que é divertir-se com o seu livro” (Vernei, v. 5, p. 49).

Talvez o *Barbadinho* não ignorasse o fato de que a essa altura existissem aulas públicas de português na Universidade de Évora, ou que outros autores já houvessem proposto gramáticas latinas em Português, e mesmo confeccionado vocabulários do idioma, como o fez o padre Rafael Bluteau (1638-1734).⁶ Mas tais expedientes isolados não bastariam por si só para imprimir na mocidade lusitana a prática de um discurso lógico e claro, o que seria válido inclusive na formação de secretários eficientes ao serviço real e do Estado. Influenciado por um raciocínio matemático, por certo inspirado na teoria do conhecimento de Locke e no experimentalismo de Newton, Vernei entendia que a física, ou filosofia natural, era o único meio para se conhecer a verdadeira causa das “coisas”, e que por isso uma educação válida e verdadeiramente útil só seria possível se o ensino ministrado nas escolas deixasse de lado as especulações e frioleiras escolásticas e abraçasse a observação e a experimentação constantes. Daí, de certa forma, a sua rejeição pela autoridade religiosa enquanto legitimadora do conhecimento.

Por outro lado, os inicianos não tardaram em defender-se das sátiras e alfinetadas dirigidas a eles através do *Verdadeiro Método*. No entanto, ao invés de ressaltarem possíveis aspectos modernos do ensino que ministravam, os jesuítas portugueses, que deram a imprimir respostas a Vernei, não mediram esforços na defesa da autoridade religiosa que legitimava a Companhia de Jesus enquanto detentora do ensino, apelando, na maior parte das vezes, a uma tradição que remontava ao Concílio de Trento (1545-1563) e adotando posturas intransigentes frente aos avanços inegáveis alcançados pelo conhecimento por meio das experiências científicas (Cardoso, 2004, p. 120-236).

Nessa direção, o padre Francisco Duarte, cronista-mor da Companhia de Jesus em Portugal, por exemplo, destacava no seu *Retrato de Mortecor*, saído a luz em 1749 sob o pseudônimo de Aletófilo Cândido de Lacerda,⁷ que a obra do tal “Barbadinho” inicialmente poderia até despertar curiosidade nos desavisados, mas que ele logo se cansara da mesma por ver que se “dirigia a reformar o estilo de ensinar à mocidade, que observam uniformemente os jesuítas, [...]”. Ele, autor do *Retrato*, que tão bem conhecia a história dos jesuítas em várias

partes da Europa, não podia admitir que um crítico qualquer incitasse aos mestres reformas, e logo aos jesuítas, que “para estabelecerem o método de ensinar chamaram a Roma os homens mais sábios da sua Religião, [...e...] que teve grande trabalho o seu geral *Cláudio Aquaviva* para os escolher na grande copia”. “Sei”, prosseguia Francisco Duarte, “que em uma Congregação Geral determinaram estes padres, que os seus mestres se não desviassem do insigne Manuel Álvares, [...]”.⁸ No entendimento de Francisco Duarte, portanto, a uniformidade do ensino jesuítico, e, sobretudo o aval canônico que ele possuía, conferiam legitimidade aos mestres da Companhia de Jesus. E essa legitimidade bastava, por si só, para que não houvesse motivos de reformar o ensino (Duarte, 1749, p. 18).⁹

O mesmo padre, em seu *Retrato*, fazia ainda questão de ironizar o apego, considerado por ele excessivo, do autor do *Método* em relação à História, uma vez que Vernei sempre introduzia as suas cartas lançando mão de uma contextualização histórica que visava apontar o adiantamento e mudanças no conhecimento produzido pelas matérias tratadas. Além disso, o Arcebispo de Évora defendia que a História era uma ferramenta importante no estudo de todas as disciplinas, inclusive no da Teologia e Direito Canônico. Diversamente, no entanto, Francisco Duarte entendia que os detalhes históricos só embolavam e dilatavam o aprendizado. Nesse sentido, lançando mão de um comentário sobre uma lei romana acerca dos gladiadores, escrita numa retórica que por certo irritou a Vernei, assentava “[...] definir, que para entender qualquer dos Direitos [Civil e Canônico] é condição *sine qua non* a Cronologia, e a História, não se pode tolerar. [...]. Mas, ser necessário para entender uma lei saber, que Imperador a promulgou, em que tempo, em que lugar, quem era Cônsul, e quem Pretor, que coisa é, em que ninguém achará razão” (Duarte, 1749, p. 66).

Essa indiferença em relação à História evidencia que o inaciano Francisco Duarte ainda não era capaz de ultrapassar as barreiras de um mundo litúrgico, no qual o conhecimento histórico não teria a mínima importância diante da autoridade religiosa. Vernei, por seu turno, no panfleto de resposta que escreveu ao jesuíta, argumentava que o tal “cândido defensor da verdade” só poderia ser louco, uma vez que a proposta do *Verdadeiro Método* era a do estudo da História direcionado a questões úteis e pertinentes ao tempo, e não para tratar de ridicularias, tais como as que propôs o padre Duarte na sua “historinha” sobre a lei dos gladiadores (Vernei, 1750, p. 56). A propósito, esse mesmo tradicionalismo foi evidenciado nos papéis escritos por outro jesuíta, desta vez o padre José de Araújo, que com suas *Reflexões Apologéticas*, saídas a público em 1748, foi o primeiro erudito a imprimir uma obra de crítica ao *Verdadeiro Método*.¹⁰

José de Araújo, que era confessor e amigo íntimo de D. Manuel, irmão de D. João V, provavelmente freqüentava as reuniões intelectuais promovidas pelo infante na Quinta de Belas, das quais participavam indivíduos como Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (1693-1743) e Alexandre de Gusmão (1695-1753). Mas tais contatos não o embaraçaram para repudiar terminantemente a obra de Vernei, sobretudo pelo fato de o autor do *Método* ter afirmado com todas as letras que a autoridade da Igreja provinha da tradição e dos concílios. Ora, na concepção de Araújo, nada poderia ser mais ofensivo, visto que a tradição da Igreja, reiterava o jesuíta, sob a pele de um falso frei de nome “Arsênio da Piedade”, não provinha da tradição, mas sim de Cristo, que a diretamente entregou a Pedro, o primeiro Papa e chefe da Igreja.

E não bastasse tamanha ousadia, o tal crítico do *Método*, usando de uma dedicatória satírica, feria a imagem dos mestres da Companhia de Jesus, e, escondido sob barbas postiças, assegurava José de Araújo, não poderia de modo algum ser religioso franciscano, haja vista o “mal que diz da Religião da Companhia de Jesus, em toda a sua obra, e muito em particular na dedicatória. E assim como nas cartas quis introduzir um novo método de estudar, na dedicatória aparece com um estranho modo de elogiar tirando da sua célebre retórica [...] a figura da invenção tão galantemente adornada, como duma velha de cem anos com polvilhos na cabeça e sinais na cara” (Araújo, 1748, p. 4-5).

Essa espécie de metáfora que o falso Frei Arsênio estabelece entre o modo de elogiar do Barbadinho e “uma velha de cem anos com polvilhos na cabeça e sinais na cara” denuncia o fato de que o padre José de Araújo compreendeu perfeitamente que o *Verdadeiro Método*, em última instância, condenava o ensino ministrado pela Companhia como se aquele não fosse mais válido; ou, melhor dizendo, como se o magistério inaciano estivesse caduco para aqueles tempos. É justamente por possuir tal percepção, que as demais reflexões do inaciano são dirigidas a reafirmar o valor, ainda que de forma intransigente, do conhecimento escolástico. E essa intransigência se verifica, sobretudo, nas considerações dedicadas à Física.

Nesse sentido, José de Araújo ironiza os experimentos modernos, que “extingiram as cores, fazendo os objetos visíveis por força de luzes furtadas; tiraram a definição ao homem duvidando, como faz este nosso crítico, que se defina: animal racional”. E referindo-se ao sistema corpenicano e ao comprovado peso do ar, afirmava resoluto que o “Globo da Terra, que até agora tínhamos por redondo [!], apareceu ovado, e em contínuo movimento na nova idéia [!] de Copérnico, ficando o Sol parado, sem ser a rogos de Josué, ao ar deram-lhe um

grande peso; e a pobre da alma racional lá prenderam na cabeça, sem consentimento, que visitasse as mais partes do corpo humano” (Araújo, 1748, p. 5-12).

Sem dúvida alguma os argumentos dos padres José de Araújo e Francisco Duarte revelam um tradicionalismo extremado. Mas esse tradicionalismo precisa ser avaliado historicamente. Nesses termos, o que importa destacar é que entre os escritos dos padres inacianos – preocupados com a defesa da legitimidade do magistério jesuítico – e os de Vernei – preocupado em reformá-lo por completo – há uma divergência manifesta de perspectivas quanto ao status e função do conhecimento. Tal divergência aponta para o fato de que as ciências, enquanto experimentação e observação, ofereciam aos homens uma forma *impessoal* de pensar não só a natureza, mas também a sociedade, a política e mesmo os limites de atuação das esferas de poder secular e religioso. E essa perspectiva impessoal afastava-se daquela concepção *dada, pronta, acabada, dogmática*, oferecida pela religião revelada à compreensão do mundo.¹¹

Nos argumentos e contra-argumentos trocados entre Vernei e os jesuítas José de Araújo e Francisco Duarte é possível contemplar, por conseguinte, o conflito dessas duas noções de conhecimento diferentes: uma aristotélica, que transportava o sentido de que o mundo físico era mais sutil do que qualquer descrição exata poderia oferecer, encerrado numa concepção litúrgica que impedia o entendimento da História enquanto uma esfera importante; e a outra, que concebia o mundo como um mecanismo complexo, cujas partes seguiam fórmulas gerais, exatas e lógicas, sendo a História uma ferramenta importante para a sua compreensão. Em outros termos, desde o século XVII, e especialmente na primeira metade do século XVIII, a idéia de conhecimento vai ganhando novos contornos, cada vez menos especulativos e mais imanentes, cada vez mais preocupados com a realidade do que com a Teologia.

Na verdade o ensino deveria separar-se da Igreja e submeter-se ao Estado, haja vista que a complexidade administrativa, diplomática e mesmo os valores de progresso inculcados pelas ciências modernas exigiam agora indivíduos menos pios e mais racionais. A questão é que a Companhia de Jesus, enquanto instituição, não se mostrou sensível às adaptações necessárias em suas prioridades pedagógicas, optando pela defesa da tradição preconizada pelo *Ratio Studiorum* (1599), como se qualquer tipo de modernização significasse decadência.¹²

O que é compreensível, visto que historicamente a Sociedade Inaciana fora criada no século XVI para manter a ordem de um mundo litúrgico, corporativo e aristocrático, que

submetia o conhecimento ao crivo da teologia. Ora, no século XVIII europeu a difusão da alfabetização e o desenvolvimento de uma incipiente opinião pública tendiam cada vez mais a tornar as antigas tradições de Antigo Regime obsoletas. Nesses termos, para fazer essa “passagem”, para inserir-se no processo de secularização vislumbrado ao longo do século XVIII, a Sociedade de Jesus teria que ser destruída e reconstruída novamente. Talvez, por essa ótica, o napolitano Tanucci tivesse certa razão ao dizer que os colégios da Companhia de Jesus deveriam desaparecer ...¹³

NOTAS

¹ Doutoranda em História – PPGH/UFRJ. Bolsista da CAPES. e-mail: vanessaepat@uol.com.br.

² De uma região até então isolada e distante das demais partes da América Portuguesa, o Estado do Grão-Pará e Maranhão tornou-se, durante o gabinete pombalino (1750-1777), uma área a ser desenvolvida potencialmente. Explorar economicamente a região da Amazônia, transferindo o controle do comércio local das mãos dos missionários para as mãos do Estado, de certa forma fazia parte do esforço empreendido pelo ministro de D. José I na racionalização administrativa portuguesa. Visando esse objetivo foram implementadas, em 1757, as leis de 6 e 7 de junho de 1755, que determinavam, respectivamente, a abolição do poder temporal dos missionários, cujas missões deveriam ser transformadas em vilas, e a liberdade dos indígenas, que se tornariam vassallos diretos do rei, livres de qualquer foro especial.

³ Vale lembrar que os jesuítas faziam um voto especial que os distinguiu dos demais regulares: o voto de submissão direta ao Papado.

⁴ Luís Antônio Vernei, nascido em Lisboa no ano de 1713, fora aluno dos inacianos, assim como boa parte dos intelectuais de sua época. Estudou no colégio de Santo Antão, e, mais tarde, na Congregação do Oratório, onde seu irmão, Diogo Vernei, era professor de Filosofia na Casa do Espírito Santo. Graduou-se em Artes no colégio jesuítico da Madre de Deus, ingressando em seguida no curso de Teologia da Universidade de Évora. Era filho de pai francês e mãe portuguesa. Apesar de proveniente de uma família de *droguistas*, nem por isso deixava de visionar nos antepassados mais longínquos certo grau de nobreza. Tivera um irmão que, através do casamento, alcançara o foro de Fidalgo e Familiar do Santo Ofício. Não chegou a concluir o curso de Teologia na Universidade de Évora, na qual estudou por dois anos. Já em 1736, aos 23 anos de idade, retirou-se do Reino para Roma com o objetivo de conseguir benefícios eclesiásticos para dar continuidade a sua vida de estudos, e, provavelmente, por julgar o ambiente intelectual na Itália, ainda que sob as barbas do Papa, muito mais arejado e amplo em perspectivas modernas do que em Portugal. Faleceu em 1792, sem jamais retornar ao Reino.

⁵ Todas as referências aqui feitas ao livro de Vernei dizem respeito a um edição comentada e corrigida pelo professor Salgado Júnior na década de 1950. Em relação ao nome de “Vernei”, comumente é grafado com Y, entretanto, a exemplo de Antônio Alberto Banha de Andrade, opta-se neste texto por escrever o nome do Arcebispo de Évora à maneira latina, aliás, como o próprio Vernei teria feito, ao assinar alguns dos seus escritos e sonetos.

⁶ Trata-se do *Vocabulário Português e Latino ...*, impresso em Coimbra, na oficina do Colégio das Artes da Companhia de Jesus entre os anos de 1712 e 1721. Rafael Bluteau, clérigo teatino de origem inglesa, viveu em Portugal durante mais de cinquenta anos, ao longo dos quais tornou-se uma figura influente na corte de D. João V. Foi um dos principais membros da Real Academia de História Portuguesa (1720). O seu *Vocabulário* representou um esforço verdadeiramente histórico e original em se tratando de terras lusas, pois apresentava o conhecimento de maneira enciclopédica, reunindo verbetes acerca das mais variadas temáticas, desde itens ligados à gramática latina, literatura e poética, passando por retórica, música, óptica e medicina.

⁷ O nome “Aletófilo” significa defensor da verdade.

⁸ O jesuíta Manuel Álvares foi um dos mestres de primeira hora da Companhia de Jesus. Já por volta de 1553 lecionava rudimentos de latim nas aulas públicas do Colégio de Santo Antão, em Lisboa. Tornou-se uma figura célebre da ordem justamente por conta da sua *Arte Gramática*, tão alvejada no século XVIII. Este compêndio,

composto no século XVI (1572), foi objeto de inúmeras reedições, traduções e ampliações até o século XIX, sendo usado em todas as escolas da Companhia na Europa e mesmo nas de além-mar. Na realidade, a obra do Padre Manuel Álvares era muito mais do que um compêndio da língua latina, constituía-se num verdadeiro ícone da unidade e tradição que os jesuítas perseguiram em termos de ensino. Por tudo isso, criticar a obra era o mesmo que desautorizar a autoridade e tradição das escolas jesuítas.

⁹ No que se refere à pessoa do P. Francisco Duarte, infelizmente as informações disponíveis são extremamente lacunares. Diogo Barbosa Machado, por exemplo, na sua *Biblioteca Lusitana* (1741-1749, 4 vol), sequer menciona o nome do jesuíta em seus verbetes, embora não o deixe de fazer em relação ao também inaciano José de Araújo. Francisco Inocêncio da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português* (1858-1883, 10 vol), não fornece maiores detalhes, embora afirme que Francisco Duarte “na expulsão dos seus confrades [jesuítas] efetuada em 1759, fora pelo Marquês de Pombal mandado prender com outros, e encerrado no forte da Junqueira, onde esteve muitos anos. Não sei se ali faleceu, ou se ainda chegou a tempo de recobrar a liberdade [...] em 1777”. Segundo o mesmo *Dicionário*, na prisão o padre Francisco Duarte, por ser muito doente, aplicou-se ao estudo de medicina, além de ter sido um perito nas línguas francesa e inglesa (Silva, 1858, p. 284, v. 9).

¹⁰ O Padre José de Araújo, que entrara na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra em 1696, era professor de Teologia. Iniciou sua vida de mestre antes mesmo de ser ordenado sacerdote, ensinando Humanidades e Retórica no Colégio de Santo Antão. Após ser ordenado, passou a ministrar no mesmo colégio Teologia Especulativa e Moral e ainda acumulava a função de mestre de Filosofia no colégio jesuítico do Porto. Morreu em meio à perseguição pombalina, em dezembro de 1758, aos 78 anos de idade, quando as tropas régias já cercavam o colégio de Lisboa.

¹¹ É preciso salientar o fato de que o tradicionalismo dos padres José de Araújo e Francisco Duarte não pode ser tomado como parâmetro para configurar o posicionamento de todos os membros da Companhia de Jesus frente às questões do século XVIII. Decerto aqueles inacianos que concordaram com Vernei, ao menos em alguns pontos, não tinham como entrar nesse debate, a não ser correndo o risco de serem execrados pela própria ordem. A verdade é que os jesuítas não foram alheios ao movimento intelectual setecentista. Exemplo disso são as considerações do padre Inácio Monteiro, professor de matemática do Colégio das Artes de Coimbra na década de 1750, acerca da História. As palavras do inaciano são bem próximas daquelas preceituadas por Vernei, ou até mesmo mais incisivas, uma vez que esse jesuíta julgava que um “médico ou um filósofo deve saber pela ordem dos tempos os princípios, progressos e aumentos da ciência que professa; as variações e decadências que experimentou, os autores famosos que a escreveram [...]. De outra sorte, ouviremos muitas vezes dizer aos pedantes, que ignoram estas notícias que Hipócrates foi um grande holandês; e que Boerhave viveu no tempo de Amintas; Descartes será tão antigo como Epicuro e Aristóteles um bom católico romano” (Andrade, 1966, p. 250).

¹² O *Ratio Studiorum* constituía um completo programa de ensino: era um conjunto sistemático de 466 regras quanto aos métodos, conteúdos programáticos, organização curricular e escolar, elaborado ainda em 1599 sob a direção do Geral Cláudio Aquaviva. O *Ratio Studiorum*, na realidade, uniformizava todo o conteúdo dos estudos ministrados nas escolas da Companhia de Jesus. Nesse sentido, o *Ratio* listava os autores e problemas que deveriam ser abordados pelos mestres nos cursos, assim como determinava que as “opiniões duvidosas” fossem deixadas de lado. É por isso que no século XVIII, como, aliás, afirmavam os críticos da Companhia, o *Ratio* tinha se tornado obsoleto, distante das inovações impostas pelas ciências experimentais.

¹³ O primeiro país a suprimir a Companhia de Jesus foi justamente Portugal, em 1759. Seguiram ao gabinete pombalino no extermínio da ordem a França, em 1764, a Espanha, em 1767 e o reino de Nápoles, no mesmo ano de 1767. Devido às pressões diplomáticas insuportáveis das Cortes dos Bourbons sobre Roma, o papa Clemente XIV, mesmo relutante e perturbado, decretou a extinção geral da Companhia de Jesus em 1773, através do Breve *Dominus ac Redemptor*.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Antônio Alberto [Banha] de. *Vernei e a Cultura do seu Tempo*. Coimbra. Universidade de Coimbra, 1966.

ARAÚJO, S. J., Pe. José de (Arsênio da Piedade). *Reflexões Apologéticas à obra intitulada Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa, 1748. **Real Gabinete Português de Leitura/RJ: 17 O. 38A.**

BANGERT S. J., William. *História da Companhia de Jesus*. Porto – São Paulo. Livraria Apostolado da Imprensa/ Edições Loyola, 1985, p. 347-358.

CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. *Os Jesuítas diante de ‘O Verdadeiro Método de Estudar’*. *Conflitos políticos e de idéias no setecentos português (c.1740-1760)*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2004. Dissertação de Mestrado.

DUARTE, S. J., Pe. Francisco (Aletófilo Cândido de Lacerda). *Retrato de Mortecor, que em romance quer dizer notícia conjectural das principais qualidades do autor de uns papéis, que aqui correm com o título de Verdadeiro Método de Estudar, e de uma carta escrita com boa intenção em resposta às Reflexões do P. Fr. Arsênio da Piedade*. Lisboa, 1749, p. 17-18. **Real Gabinete Português de Leitura/RJ: 18 B. 18.**

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. 1741-1749, 4 volumes. **Real Gabinete Português de Leitura/RJ**

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Rio de Janeiro. IGHB, 1964, v. 3, p. 979.

NEVES, Guilherme Pereira das. ‘Dos Jesuítas, um método da modernidade?’ In: *Jornal da Tarde – Caderno de Sábado*. São Paulo, 21 de dezembro de 1999, p. 03.

SILVA, Francisco Inocêncio da. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva continuados e ampliados*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923, 23 volumes.

VERNEI, Luís Antônio. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Antônio Salgado Junior (ed.) Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora, 1949-1952, 5 volumes.

VERNEI, Luís Antônio (Apolônio Filomuso). *Parecer do Doutor Apolônio Filomuso, lisboense, dirigido a um grande prelado do Reino acerca de um papel intitulado “Retrato de Mortecro”*. 1750. **Real Gabinete Português de Leitura/RJ: 18 B. 18.**